

## ASPECTOS GERAIS

### Princípios:

1. Da predominância do interesse { União: geral  
Estados: regional  
Municípios: local } DF
2. Da subsidiariedade: as questões devem ser resolvidas pelo ente que estiver mais próximo da tomada de decisão

### Técnicas:

1. Horizontal: cada ente atua em uma área específica, sem a interferência do outro (competências exclusivas/privativas)
2. Vertical: exercidas em conjunto pelos entes (Atuação coordenada) (Competências comuns e concorrentes)

a CF/88 adotou ambas!

### ATENÇÃO!

#### COMPETÊNCIAS ADMINISTRATIVAS:

Relacionadas à execução e prestação de serviços-públicos

#### COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS:

Relacionadas à criação das leis

## COMPETÊNCIAS CONCORRENTES

Direito	{	Penitenciário	• Proteção do meio ambiente
		Urbanístico	• Educação
	{	Financeiro	• Cultura
		Econômico	• Ensino
	{	Tributário	• Ciência
		Orçamento	• Desporto
			• Tecnologia
			• Pesquisa, desenvolvim. e inovação
			• Previdência social
			• Proteção e defesa da saúde

# REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS

## REPARTIÇÃO NA CF/88

- Enumera expressamente as competências da União (exclusivas e privativas) e dos municípios

Administrativas e indelegáveis

Legislativas e delegáveis aos estados via lei complementar

- Não lista as competências dos estados (residual)  
Mas prevê: explorar diretamente ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei (vedada edição de medida provisória)

## COMPETÊNCIAS COMUNS

= todos os entes (repartição vertical)

Relacionadas a interesses difusos

(saúde, meio ambiente, moradia  
Patrimônio { Histórico  
Cultural  
Artístico  
pobreza, segurança no trânsito...)

## COMPETÊNCIAS CONCORRENTES:

União = normas gerais (municípios não!)  
Estados/DF = normas complementares

Inexistindo lei federal, os estados exercerão competência legislativa plena para atender suas peculiaridades

Superveniência de lei federal suspende a eficácia da lei estadual no que lhe for contrário (não revoga!)

## COMPETÊNCIAS DA UNIÃO

### • EXCLUSIVAS: (administrativas)

Relacionadas a:

1. Relações com outros estados
2. Defesa nacional e matérias bélicas
3. Estado de sítio, defesa, intervenção
4. Moeda e câmbio
5. Serviço postal e de telecomunicações
6. Exploração de serviços de transporte interestadual e internacional
7. Assuntos de abrangência nacional (classificações indicativas, estatísticas...)
8. Inspeção do trabalho
9. Atividades nucleares
10. Garimpagem

### • PRIVATIVAS: (legislativas)

→ São delegáveis:

Requisitos: {  
 Lei complementar  
 Delegação de questões específicas  
 Deve abranger todos os estados

- |                                                                                                                   |                                              |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------|
| 1. Direito: Processual, eleitoral, civil, penal, comercial, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial, do trabalho | 7. Consórcios e sorteios                     |
| 2. Desapropriação                                                                                                 | 8. Poupança                                  |
| 3. Serviços { Postal<br>Monetário, câmbio                                                                         | 9. Nacionalidade, cidadania                  |
| 4. Comércio exterior/interestadual                                                                                | 10. Populações indígenas                     |
| 5. Diretrizes { Política nacional de transporte<br>Da educação nacional                                           | 11. Seguridade social                        |
| 6. Trânsito e transporte                                                                                          | 12. Defesa                                   |
|                                                                                                                   | 13. Propaganda comercial                     |
|                                                                                                                   | 14. Normas gerais de licitação e contratação |

## COMPETÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS

1. Legislar sobre assuntos de interesse local
2. Suplementar a legislação { Federal  
Estadual
3. Criar/organizar/suprimir distritos (observada legislação estadual)
4. Prestar serviços de interesse local (transporte coletivo tem carácter essencial)
5. Manter programas de ensino fundamental e educação infantil
6. Prestar atendimento à saúde da população com cooperação técnica e financeira da União e dos estados
7. Promover adequado ordenamento territorial (planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano)
8. Promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual

## REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS

### SÚMULAS IMPORTANTES:

**SU. 38:**

"é competente o município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial"

**SU. 49:**

"ofende a livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo ou determinadas área"

→ Salvo questões de segurança (ex.: postos de gasolina)

→ Não pode para estabelecimentos bancários (União)